

## Agenda positiva, improvisação e espalhafato

TODO CUIDADO COM IDÉIAS MAL CONCEBIDAS E PROPOSTAS DE ABANDONO DA COERÊNCIA

Rogério L. Furquim Werneck\*

Há meses já se sabia que a proximidade das eleições deixaria a coalizão governista mais impaciente com a condução da política econômica. Sabia-se também que, a essa altura do ano, ainda às voltas com a difícil digestão da reviravolta no discurso econômico do governo, o PT estaria particularmente apreensivo com as urnas de outubro. O que não se sabia é que esse clima previsível de impaciência e apreensão ainda seria exacerbado em muito, a partir de meados de fevereiro, por avassalador desgaste político do governo. Da ebulição em que o PT e o governo parecem ter entrado, vêm aflorando clamores por mudanças na política econômica e grande furor em torno da imediata adoção de medidas que possam configurar uma “agenda positiva”. Trata-se de clima pouco propício à racionalidade e a avaliações conseqüentes. Todo cuidado é pouco.

A expressão agenda positiva é problemática porque dá conotação de boa idéia, mesmo a propostas de abandono escancarado da coerência da política macroeconômica ou a medidas atabalhadas e mal pensadas, adotadas às pressas, que mais problemas criam do que resolvem. O governo anda cheio de idéias mal concebidas. Será lamentável se, no afã de ocupar a mídia com um fluxo de iniciativas que pareça delinear uma agenda positiva, decidir que o melhor que tem a fazer é desovar tais idéias “no estado” em que se encontram (para lançar mão de expressão corrente nos mercados de máquinas e veículos usados para designar bens sem condições de uso).

Sem ir mais longe, é exatamente isso que, em boa medida, vem ocorrendo com a reformulação do setor elétrico. Tendo passado 14 meses às voltas com a quadratura do círculo, tentando redesenhar o setor elétrico ao arpejo de conceitos econômicos elementares, o governo decidiu afinal simplesmente ignorar as deficiências da proposta e empurrá-la goela abaixo do Congresso. Embora não falte quem se disponha a ver nisso avanço da agenda positiva, a verdade é bem distinta.

Entre outros problemas sérios, o novo arranjo proposto pelo governo não resolve a questão fundamental, que é propiciar ambiente adequado à mobilização, em bases estáveis, dos vultosos investimentos que serão requeridos para assegurar atendimento da expansão da demanda de energia elétrica, num quadro de retomada sustentada do crescimento econômico. E é bem possível que, no futuro, quando afinal tal questão tiver de ser equacionada, vá ser necessário incorrer em custos altíssimos para se desfazer muito do que agora está sendo aprovado às pressas. Ainda que em escala setorial, o que se vislumbra é um drama similar ao que o País vem vivendo há 15 anos, para desfazer danos provocados por decisões inconseqüentes, tomadas em consensos formados de afogadilho em 1988. Pior do que uma reforma lenta, que se arrasta por

anos entre o Executivo e o Congresso, é uma reforma aprovada a toque de caixa, mas completamente equivocada. É triste, mas quando a idéia é ruim, inação não é o pior cenário.

A curto prazo, contudo, o mais preocupante é a parte da agenda supostamente positiva que envolve propostas de abandono de pilares básicos da política macroeconômica que vem sendo adotada pelo governo. GANHOU FORÇA nas últimas semanas a idéia de que a reativação da economia e a retomada do crescimento poderia ser facilitada por um relaxamento da política fiscal. A bancada do governo parece fascinada com a possibilidade de redução da meta de superávit primário. A questão aflorou na tramitação do PPA (Plano Plurianual) no Congresso e há quem tema que possa ressurgir, com desdobramentos mais problemáticos, na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em abril.

É bem possível que, ao longo dos próximos meses, o governo tenha de mobilizar parte preciosa dos seus recursos políticos -- cada vez mais escassos -- para impedir que sua bancada salte dos trilhos na celeuma em torno da meta de superávit primário. Se isso de fato ocorrer, o mínimo que se pode dizer é que o Planalto terá colhido o que plantou. Há duas semanas, quando o governo atravessava momento especialmente difícil da crise política, o presidente foi convencido a se envolver numa espalhafatosa manobra diversionista, disparando telefonemas a líderes do G7, em busca de apoio à mudança do critério de cálculo de resultado primário adotado pelo FMI. A operação, com a marca indelével da linha pirobológica que vem sendo dada à política externa, atingiu seu momento culminante quando se anunciou que, ao fim de um churrasco no Torto, o próprio diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional teria dado apoio pessoal à campanha pela mudança de critério desencadeada pelo Brasil. A medida exata da importância desse apoio só foi obtida três dias depois, com algum constrangimento, quando se anunciou em Washington que Horst Köhler estava demissionário.

Ontem, contudo, o governo deu sinais claros de que o alarme havia afinal soado no Planalto. Na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Lula mostrou-se empenhado em conter os danos e recolocar nos eixos o discurso econômico da coalizão governista.

Muito ao contrário do que parece estar sendo imaginado, pelo menos por almas bem intencionadas, poucas medidas seriam agora tão deletérias para a retomada do nível de atividade quanto um anúncio de redução da meta de superávit primário. Mesmo uma redução diminuta seria interpretada como sinal fatídico de que falta ao governo determinação política para recolocar o endividamento público em trajetória sustentável. Definitivamente, não é disso que o País precisa nesse momento tão delicado.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, com doutorado pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.